RESUMO EXPANDIDO
Anais do Congresso Interdisciplinar Internacional – CONIÚNICA
08 a 11 de setembro. Híbrido, Ipatinga – MG
doi.org/10.53426/con.v5i0.005

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

COZINHAS SOLIDÁRIAS NO ENFRENTAMENTO DA INSEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL NO BRASIL: REFLEXÕES SOBRE SEU PAPEL NO CAMPO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS

COMMUNITY KITCHENS IN ADDRESSING FOOD AND NUTRITIONAL INSECURITY IN BRAZIL: REFLECTIONS ON THEIR ROLE IN THE FIELD OF PUBLIC POLICIES

COCINAS SOLIDARIAS EN EL ENFRENTAMIENTO DE LA INSEGURIDAD ALIMENTARIA Y NUTRICIONAL EN BRASIL: REFLEXIONES SOBRE SU PAPEL EN EL CAMPO DE LAS POLÍTICAS PÚBLICAS

doi.org/10.53426/con.v5i0.005

Ariele França de Melo[1]; Camila Luci Soares Martins[2]; Jaqueline Luana de Souza Barbosa[3]; Iraneide Lima Guimarães[4]; Alice Carvalho de Sousa[5]; Claudiana Alves Varjão[6]

[1] [Centro Universitário Única - UNIÚNICA, Apodi-RN, arieless.19@gmail.com]; [2] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Ipatinga- MG, martinscamilanutri@gmail.com]; [3] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Ipatinga-MG, Jaquelineluana274@gmail.com]; [4] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Almeirim/ PA, limairaneide491@gmail.com]; [5] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Timoteo-MG, alicecarvalhos2104@gmail.com]; [6] [Centro Universitário Única – UNIÚNICA, Paraiso-MG, claudiana3d@gmail.com];

Grupo de Trabalho: GT 5 – Ciências Humanas, Sociedade, Diversidade e Cultura

RESUMO

A insegurança alimentar e nutricional expressa desigualdades sociais que comprometem o acesso à alimentação adequada. Nesse contexto, as cozinhas solidárias constituem iniciativas de enfrentamento da fome e promoção do Direito Humano à Alimentação Adequada. Diante disso, o presente trabalho se propôs a analisar o papel das cozinhas solidárias no Brasil, considerando suas possibilidades e desafios no campo das políticas públicas. Trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, desenvolvida ao longo de um projeto de iniciação científica no Centro Universitário Única. Para tanto, foram analisadas produções acadêmicas e documentos oficiais e alguns dos principais resultados evidenciam que as cozinhas solidárias contribuem para a ampliação do acesso à alimentação no país, além do fortalecimento comunitário e aproximação entre sociedade civil e Estado, embora persistam desafios institucionais e territoriais.

Palavras-chave: Insegurança alimentar e nutricional; Cozinhas solidárias; Segurança alimentar e nutricional; Políticas públicas; Direito Humano à Alimentação Adequada.

INTRODUÇÃO

A segurança alimentar e nutricional constitui dimensão fundamental dos direitos sociais, relacionada ao acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e em quantidade suficiente. No Brasil, a Lei nº 11.346/2006 reconhece a alimentação adequada como direito fundamental e estabelece as bases do Sistema Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional (Brasil, 2006), enquanto o Decreto nº 7.272/2010 institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

(PNSAN) (Brasil, 2010). Nessa perspectiva, a fome não se restringe à disponibilidade de alimentos, mas expressa desigualdades sociais, econômicas e políticas, conforme evidenciam Castro (2022), Maluf (2007) e Valente (2021).

Nesse cenário, as cozinhas solidárias ganharam relevância como iniciativas comunitárias de enfrentamento da insegurança alimentar, articulando oferta de refeições, solidariedade, organização popular e participação social. Sua importância foi ampliada com a criação do Programa Cozinha Solidária pela Lei nº 14.628/2023 e sua regulamentação pelo Decreto nº 11.937/2024, que reconhecem essas experiências como tecnologias sociais de base popular e as inserem no campo das políticas de segurança alimentar e nutricional (Brasil, 2023; 2024). Esse processo suscita discussões sobre as possibilidades e os limites da articulação entre iniciativas comunitárias e atuação estatal.

Diante disso, este estudo buscou responder: qual o papel das cozinhas solidárias no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil e quais possibilidades e desafios se apresentam para sua atuação no campo das políticas públicas? Portanto, o objetivo aqui foi analisar esse papel, destacando suas contribuições sociais e políticas, bem como os seus limites.

METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa qualitativa, de caráter bibliográfico e documental, desenvolvido no âmbito do projeto de iniciação científica sobre cozinhas solidárias e insegurança alimentar e nutricional no Centro Universitário Única. Para tanto, foram consultadas produções acadêmicas publicadas em periódicos científicos eletrônicos e em bases confiáveis como a Scientific Electronic Library Online (SciELO), além dos documentos oficiais e marcos normativos, com destaque para a Lei nº 14.628/2023, que instituiu o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária, e o Decreto nº 11.937/2024 que regulamenta o Programa Cozinha Solidária.

O levantamento foi orientado pelos termos “cozinhas solidárias”, “segurança alimentar e nutricional”, “políticas públicas de combate à fome” e “insegurança alimentar”. Foram selecionados textos e documentos diretamente relacionados às cozinhas solidárias, à insegurança alimentar e à sua articulação com políticas públicas. O material selecionado foi submetido à leitura e análise interpretativa, articulando produção acadêmica, documentos oficiais e reflexões desenvolvidas no projeto.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

A análise do material bibliográfico e documental permitiu identificar três dimensões centrais sobre o papel das cozinhas solidárias: a ampliação do acesso à alimentação, o fortalecimento da organização comunitária e a institucionalização destas no campo das políticas públicas. A primeira relaciona-se ao enfrentamento da insegurança alimentar, compreendida como expressão de desigualdades sociais e não apenas como questão de disponibilidade de alimentos (Castro, 2022).

Nessa perspectiva, a Lei nº 11.346/2006 reconhece a alimentação adequada como direito fundamental, enquanto Maluf (2007) e Valente (2021) a relacionam às condições de cidadania e dignidade humana. Logo, existe aqui o reconhecimento de que as cozinhas solidárias constituem, assim, resposta concreta às necessidades alimentares de populações em situação de vulnerabilidade.

A segunda dimensão refere-se à função social e comunitária dessas experiências, como exemplo, é possível mencionar os estudos de Lucas e Corrêa (2025) que identificam diferentes formas de organização e articulação territorial em suas análises. Teles et al. (2025) destacam que esse tipo de articulação funciona como importante iniciativa da sociedade civil nas ações de segurança

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

alimentar e nutricional nos próprios territórios. Em consonância a estes, Zangirolani et al. (2025) ainda evidenciam a importância da organização social e a articulação de saberes em territórios vulnerabilizados. Em conjunto, esses estudos demonstram que as cozinhas solidárias ultrapassam a oferta de refeições, e se constituem enquanto espaços de solidariedade, participação social e fortalecimento de redes comunitárias.

A terceira dimensão corresponde à institucionalização dessas experiências como estratégia de política pública. A criação do Programa Cozinha Solidária pela Lei nº 14.628/2023 representa o reconhecimento estatal de iniciativas desenvolvidas por movimentos sociais, coletivos e organizações comunitárias (Brasil, 2023). Tenuta et al. (2024) apontam a aproximação entre sociedade civil e Estado nesse processo, aprofundada pelo Decreto nº 11.937/2024, que reconhece as cozinhas como tecnologias sociais de base popular e incorpora princípios de participação social e intersetorialidade (Brasil, 2024). Embora essa institucionalização amplie possibilidades de apoio, Iamamoto et al. (2025) sinalizaram limitações de infraestrutura e acesso a programas de abastecimento, evidenciando que o reconhecimento formal ainda não é suficiente para a garantia da continuidade destas ações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo analisou o papel das cozinhas solidárias no enfrentamento da insegurança alimentar e nutricional no Brasil, evidenciando sua contribuição para a ampliação do acesso à alimentação, o fortalecimento comunitário e a participação social. A institucionalização do Programa Cozinha Solidária, por meio da Lei nº 14.628/2023 e do Decreto nº 11.937/2024, ampliou o reconhecimento estatal dessas experiências, mas ainda permanecem desafios relacionados ao financiamento, à infraestrutura, ao abastecimento, à articulação intersetorial e à autonomia territorial. A análise documental contribuiu, ainda, para a formação das discentes envolvidas no estudo, ao proporcionar o contato sistemático com legislações, políticas públicas e documentos institucionais, ampliando sua capacidade de análise crítica e interpretação de informações, bem como a compreensão acerca da relação entre as ações da sociedade civil e as responsabilidades do Estado na garantia do Direito Humano à Alimentação Adequada, no âmbito das atividades de iniciação científica. Como contribuição científica, destaca-se, portanto, a compreensão das cozinhas solidárias em sua dimensão social e política, reconhecendo sua relevância no enfrentamento da insegurança alimentar sem transferir à sociedade civil a responsabilidade estatal pela garantia desse direito.

REFERÊNCIAS

AMARAL, Renata Rocha; RAFAEL, Clélio Rodrigo Paiva; FONSECA, Ronald Assis; SOUZA, Gessymar Nazaré Silva; MOREIRA, Bárbara Sampaio Lage; RESENDE, Elionay Loren; PEREIRA, Márcia Meryllis Alves; CAMPOS, Vivian. Planejamento, logística e aceitação social na implantação de biodigestores em comunidades rurais. **ARACÊ**, v. 7, n. 9, e8564, 2025. DOI: 10.56238/arev7n9-306.

BRASIL. **Decreto nº 11.937, de 5 de março de 2024**. Regulamenta o Programa Cozinha Solidária. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 6 mar. 2024.

BRASIL. Decreto nº 7.272, de 25 de agosto de 2010. Regulamenta a Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006, que cria o Sistema Nacional de **Segurança Alimentar e Nutricional** – SISAN, institui a Política Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional – PNSAN e estabelece os parâmetros para a elaboração do Plano Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 26 ago. 2010.

BRASIL. Lei nº 11.346, de 15 de setembro de 2006. Cria o Sistema Nacional de **Segurança Alimentar e Nutricional** – SISAN com vistas a assegurar o direito humano à alimentação adequada e dá outras providências. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 18 set. 2006.

ISSN: 2965-0399 REVISTA CONEXÕES
V. 1, 2026
Revista dos cursos de Graduação e Pós-graduação da Faculdade Única de Ipatinga na modalidade EaD

BRASIL. **Lei nº 14.628, de 20 de julho de 2023**. Institui o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) e o Programa Cozinha Solidária. Diário Oficial da União: Brasília, DF, 21 jul. 2023.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. São Paulo: Todavia, 2022.

IAMAMOTO, Mariana Oliveira et al. Análise das Cozinhas Solidárias nas regiões brasileiras: uma porta de entrada para **Segurança Alimentar e Nutricional** em territórios vulnerabilizados. SciELO Preprints, 2025. Preprint. DOI: 10.1590/SciELOPreprints.11376. Disponível em: https://preprints.scielo.org/index.php/scielo/preprint/view/11376. Acesso em: 16 ago. 2026.

LUCAS, Luíza Todeschini; CORRÊA, Elizabeth Nappi. Caracterização do funcionamento das cozinhas solidárias que atuam em Florianópolis, Santa Catarina. **Segurança Alimentar e Nutricional**, Campinas, SP, v. 32, e025010, 2025. DOI: 10.20396/san.v32i00.8676150. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8676150/36629. Acesso em: 16 ago. 2026.

MALUF, Renato Sergio Jamil. **Segurança alimentar e nutricional**. Petrópolis: Vozes, 2007.

TELES, José Guilherme Campos et al. Cozinhas Solidárias no Brasil: uma revisão integrativa de literatura. **Cuadernos de Educación y Desarrollo**, v. 17, n. 5, p. 1-19, 2025.

TENUTA, Natalia et al. Programa Cozinha Solidária: antecedentes e regulamentação como política pública. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL, 6., 2024, Rio de Janeiro. Anais eletrônicos [...]. Campinas: Galoá, 2024. Disponível em: https://proceedings.science/enpssan/enpssan-2024/trabalhos/programa-cozinha-solidaria-antecedentes-e-regulamentacao-como-politica-publica?lang=pt-br. Acesso em: 16 ago. 2026.

VALENTE, Flávio Luiz Schieck. **Direito humano à alimentação: desafios e conquistas**. Campina Grande: EDUEPB, 2021.

ZANGIROLANI, Lia Thieme Oikawa et al. Um modelo estrutural em rede para promover a **Segurança Alimentar e Nutricional** em territórios vulnerabilizados: articulando saberes e potencialidades em torno de Cozinhas Solidárias. Segurança Alimentar e Nutricional, Campinas, SP, v. 31, e024028, 2025. DOI: 10.20396/san.v31i00.8677249. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/san/article/view/8677249/35660. Acesso em: 16 ago. 2026.